

SAÍDA DILMA ROUSSEFF DISSE QUE O GOVERNO TEM CLAREZA DE QUE UM DOS PILARES DA SEGURANÇA ENERGÉTICA É A DIVERSIFICAÇÃO

# Governo anunciará medidas alternativas ao uso do gás

## Pacote inclui planos para a busca da independência no suprimento

BRASÍLIA. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse ontem que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) anunciará hoje medidas de curto prazo para a busca de independência no suprimento de gás natural.

Ela não quis adiantar o teor das propostas, mas observou que a meta deve ser buscada no horizonte de cerca de quatro anos. "Nós iremos avaliar um plano de curto prazo e um de médio prazo", comentou, sobre a pauta do CNPE.

Dilma acrescentou que o governo tem clareza de que um dos pilares da segurança energética é a diversificação da matriz energética e, por isso, tratará também de biocombustíveis. A ministra disse que o governo estuda a possibilidade de antecipar a adição de biodiesel ao diesel.

"Estamos pensando em antecipar o biodiesel e considerando outras formas de combustíveis verdes", comentou. A ministra está participando de reunião do conselho de representantes da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs).

No encontro, Dilma disse que apresentará respostas a algumas solicitações feitas pela entidade ao governo no dia 19 de abril. Entre elas está a autorização para adicionar o mínimo de 5% de biodiesel ao diesel a partir de 2006 e elevar para 10% este índice em 2007.

O programa de biodiesel prevê a exigência de adição do produto ao diesel a partir de 2008, com 2%. A mistura sobe para 5% oito anos após a edição da lei 11.097/05, que define a obrigatoriedade da adição.

O NÚMERO

10%

Este é o reajuste esperado para o gás comprado da Bolívia, que aumentaria em julho. O reajuste contratual não ultrapassaria cerca de US\$ 0,40, considerando-se o preço médio atual.



**EFEITO DA NACIONALIZAÇÃO.** O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli (E), admitiu a possibilidade de a estatal deixar de atuar na atividade de refino na Bolívia. FOTO: ABR

## Petrobras reduzirá ação na Bolívia

BRASÍLIA. Além de não realizar mais investimentos na Bolívia, a Petrobras cogita também reduzir parte das atividades realizadas e já possui um plano de contingenciamento em caso de problemas com o fornecimento de gás do país vizinho.

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, admitiu ontem, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores no Senado, a possibilidade de a estatal deixar de atuar na atividade de

refino na Bolívia.

"A depender das negociações, podemos até analisar a possibilidade de estarmos ausente do refino boliviano, se não nos interessar enquanto empresa", disse Gabrielli, ao comentar que serão analisadas também as condições sociais e ambientais e o nível de qualidade na atuação das refinarias após a transferência do controle para a estatal boliviana YPFB.

O presidente da Petrobras disse que a nacionalização é

legal e legítima, mas destacou que a própria Constituição boliviana estabelece que a transferência de ações deve ser feita mediante "indenização prévia e justa".

Segundo ele, a Bolívia reconhece a necessidade de uma indenização para aquisição do controle das refinarias, mas além da questão econômica será analisada também aspectos operacionais, como relações de trabalho nas refinarias, políticas de segurança e meio ambiente, entre outras questões.

## Estatal pagará impostos de 82% até fim de negociações

"Não pagar impostos é ser contrabandista", afirmou o ministro das Minas e Energia

BRASÍLIA. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, disse ontem que a Petrobras pagará o imposto de 82% cobrado pela Bolívia, até que se encerrem as negociações a respeito da nova alíquota sobre a produção de gás.

"A Petrobras zela pelo cumprimento das leis do país onde ela está. Se o decreto diz que o imposto é de 82% não vamos discutir isso agora, porque não pagar impostos é ser contrabandista", afirmou o ministro em sua exposição na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Ele explicou que o decreto soberano baixado pelo governo da Bolívia fixa o imposto sobre a produção de gás em 82%, em caráter provisório. Num prazo de 180 dias a Petrobras e o governo boliviano negociarão um nível adequado da nova taxa, com base em auditorias.

"A questão da Bolívia será resolvida no prazo dado e seguirá a lógica empresarial da Petrobras", afirmou o ministro. Ele explicou que as condições dos contratos da Petrobras na Bolívia é tema de um subgrupo que foi criado, com representantes dos dois países.

Esse mesmo subgrupo discutirá o valor de indenização a ser paga pela Bolívia, já que 51% dos ativos da Petrobras foram transferidos para a petrolífera boliviana YPFB.